
Feminismo e Ciências Sociais

Dar a vida e cuidar da vida:
feminismo e Ciências Sociais.

SCAVONE, Lucila.

São Paulo: EDUNESP, 2004. 205 p.

Dar a vida e cuidar da vida: feminismo e Ciências Sociais oferece para nós, pesquisadoras/es das Ciências Sociais, um conjunto de temas abordando questões importantes, não somente para as mulheres, mas também de interesse de toda a sociedade. A autora rediscute as formas tradicionais de fazer ciência baseada nos modelos cartesianos que, em geral, relegaram a um plano inferior problemas que afetam diretamente a vida das mulheres no espaço privado (a violência doméstica, a invisibilidade do trabalho doméstico, a educação diferenciada) e no espaço público (os salários desiguais, a falta de paridade nas representações políticas).

O livro percorre a trajetória da crítica feminista que, enriquecida por “numerosas influências teórico-políticas, deu prova de sua diversidade: marxista, anarquista, estruturalista, liberal, católica, radical, ecológica” (p. 30), porém reafirma que o que “permaneceu como consenso político entre essas diversas correntes feministas contemporâneas foi o fato de contestarem o caráter irreversível da subordinação feminina nos planos teórico, político e prático” (p. 30). Esses vários feminismos foram capazes de pensar novos modelos de fazer ciência, rompendo com o modelo cartesiano que durante séculos foi responsável pela exclusão de temas e de sujeitos antes considerados irrelevantes e inadequados aos estudos acadêmicos: as mulheres, os negros, os pobres, os “excluídos”.

Dar a vida e cuidar da vida é apresentado em nove capítulos cujas reflexões no campo da Sociologia, dentro de uma perspectiva feminista, revelam-nos como as pesquisas de gênero, que, não por acaso, são produzidas majoritariamente por mulheres, contribuíram para a criação de novos conceitos analíticos “que tratam da

situação social das mulheres, como sexismo, androcentrismo, patricarcado, gênero, relações sociais de sexo, saúde reprodutiva, direitos reprodutivos entre outros” (p. 12). Esses conceitos são originários da trajetória política do movimento feminista, em sua necessidade de descrever, denunciar e analisar as causas das desigualdades sexuais, presentes em todas as relações, cruzadas com a questão de classe e com as relações étnico-raciais.

A importância desses conceitos para a história política das mulheres, que tem no movimento feminista seu porta-voz, está presente nas linhas e entrelinhas de cada capítulo. Nas palavras iniciais, a autora faz emergir os diferentes momentos compartilhados pelas pesquisadoras européias, americanas e brasileiras que, influenciadas pelo feminismo dos anos 60 e 70, foram responsáveis por profundas mudanças no campo das Ciências Sociais. É certo que a emergência dessa temática nas Ciências Sociais tem uma história, que data de mais de dois séculos, e essa luta, recuperada, escrita e reescrita pelas pesquisadoras feministas, permitiu conhecer o sujeito feminino, ainda desconhecido ou desvalorizado por grande parte das ciências.

No percurso, para mostrar as imbricações do feminismo com a academia, Scavone recupera a perspectiva de várias obras que são fundamentais para compreender os muitos momentos do feminismo e como as pesquisadoras intervieram com argumentos e contra-argumentos para abrir os olhos de uma ciência que não problematizava nem buscava analisar as relações sociais de sexo. Da *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*, escrita por Olympe de Gouges, em 1791, a *O segundo sexo*, de Simone Beauvoir (1949), percorrendo a análise de Joan Scott da categoria gênero (1990) e incorporando as críticas de Fougeyrollas-Schewebel (1993) a Pierre Bourdieu pela forma como este autor referiu-se ao feminismo, a autora mostra-nos como as pesquisadoras foram capazes de desconstruir o determinismo biológico, sociocultural e político por meio da crítica aos conceitos que reforçavam as desigualdades sexuais. Nesse capítulo, Scavone ainda apresenta os debates sobre o conceito de gênero, o qual já foi incorporado, de diversas maneiras, na academia. Entretanto, considera que a forma como ele vem sendo trabalhado “revela o caráter não conclusivo deste conceito e o permanente debate teórico no feminismo” (p. 42.) e na produção acadêmica. Essa perspectiva dá elementos para compreender melhor o atual impasse das

pesquisas e estudos de gênero no Brasil, que ora se afastam das questões propriamente políticas, criando uma clivagem com o movimento feminista, ora se afirmam politicamente, aproximando teoria e movimento social.

As reflexões da autora no campo da saúde e dos direitos reprodutivos são apresentadas a partir das origens dos conceitos e de como estes intervieram na desconstrução dos determinismos biológicos e na luta contra as desigualdades sexuais, especialmente no Brasil. Continuando sua lógica de elaborar a trajetória conceitual, ela mostra como as discussões sobre direitos reprodutivos revolucionaram o campo da saúde, à medida que “os problemas relacionados à reprodução, à maternidade, não eram considerados fatalidades biológicas nem determinantes da situação social das mulheres, mas resultantes das relações de gênero” (p. 47). A origem desse conceito está nas idéias do feminismo baseadas em palavras de ordem representativas desse movimento: “Nosso corpo nos pertence” é bandeira das muitas lutas transpostas para as discussões acadêmicas e, também, assimiladas pelos organismos internacionais. Questionando a ciência e os poderes judiciários, os direitos reprodutivos aparecem como uma ampliação dos direitos humanos, a partir de um significado político social mais abrangente dado pelo movimento feminista que “remetia ao questionamento das relações de gênero tanto no interior da família como na orientação das políticas de planejamento familiar em vigor. Não se tratava só de politizar as questões privadas e trazê-las para o debate público, mas, sobretudo, mediante esta luta, alcançar a equidade de gênero” (p. 56).

Dentre as questões privadas publicizadas pelo feminismo, podemos citar a da esterilização feminina e a do aborto. Praticamente consagrada como um método contraceptivo e adotado largamente pelas brasileiras, a esterilização é um mecanismo de controle irreversível e foi responsável pela diminuição radical dos índices de fecundidade no país, situando o Brasil entre os países com as mais altas taxas de esterilização do mundo. A forma como esse mecanismo de controle foi adotado pelas mulheres, sem orientação, em situações completamente inadequadas, gerou muitas polêmicas principalmente quando da divulgação dos dados pelo movimento feminista, desencadeando, a partir de então, um amplo debate na sociedade brasileira que, por sua vez, contribuiu para a regulamentação da esterilização no Brasil através de um projeto de lei que garantiu o acesso à rede

pública de saúde com alguns critérios, que permitiu às mulheres e aos homens um conhecimento maior sobre os riscos e uma maior liberdade de opção.

A outra questão que emerge do privado é a do aborto, contribuindo para isso os altos índices de práticas clandestinas realizadas e as condições precárias que resultam em números alarmantes de mulheres que arriscam a vida e a saúde, o que faz do aborto uma questão de saúde pública. No Brasil, esse debate teve forte oposição da Igreja Católica, assim como nos países da América Latina e em alguns países da Europa, onde a Igreja Católica é uma forte expressão. Em Portugal, por exemplo, esse tema divide opiniões tanto no parlamento, onde socialistas e conservadores debatem amplamente a questão, assim como nas universidades, onde o tema ainda levanta polêmicas. Recentemente, ao participar do seminário "Direitos, deveres e liberdades sexuais", promovido pela Seção de Defesa dos Direitos Humanos da Associação Acadêmica de Coimbra, percebi que o tema que perpassou todas as conferências foi a questão do aborto e, entre defesas apaixonadas fundamentadas nos direitos humanos das mulheres e os contra-argumentos baseados nos velhos preceitos religiosos do direito à vida do feto, constatei o quanto esse tema angustia, incomoda e inquieta diferentes gerações.

Os acontecimentos recentes com a morte do Papa João Paulo II, marcados por grandes manifestações no Brasil e em Portugal, demonstram o poder imensurável da Igreja personificada na figura dessa 'eminência'. Esse poder foi, sem dúvida, um entrave para que o aborto, tanto em Portugal como no Brasil, continue ilegal.

A questão é analisada mais profundamente por Scavone, tendo como campo de reflexão a pesquisa, realizada no estado de São Paulo, "A mulher e o aborto: da decisão à prática", na qual a autora observa que há um controle muito mais rígido nas cidades do interior, diferentemente das cidades grandes, onde "os preconceitos se dispersam no anonimato dos (as) cidadãos (ãs), o que possibilita um maior sigilo familiar e social para a realização de atos condenados moral e socialmente como é o caso do aborto" (p. 106). Em cidades menores, como é o caso de Araraquara/SP, "a prática do aborto repercutiu com intensidade na trajetória das mulheres que o praticaram e daqueles que não quiseram admiti-lo" (p. 108).

O estudo evidencia ainda que, além dos riscos físicos, psíquicos e morais que faz do aborto uma experiência traumática na vida das mulheres pesquisadas, a clandestinidade no país agrava a vida das mulheres pobres que assumem, quase sempre solitariamente, a decisão e realização do aborto, sem a participação de seus companheiros. A análise deixa claro que o aborto é uma questão de gênero e uma questão política, produzida pelas relações de dominação entre os sexos.

Os últimos capítulos do livro a autora dedica à maternidade. Desses, considero "As múltiplas faces da maternidade" seu texto mais original, que se tornou para muitos pesquisadores brasileiros uma referência em estudos sobre essa temática. Nesse capítulo, Scavone faz-nos pensar sobre o sentido de ser mãe, visto não apenas pelo lado biológico, mas, também, pela sua construção sociológica, antropológica, sócio-econômica. A autora nos leva a refletir e compreender os múltiplos aspectos que envolvem o ser mãe em uma sociedade na qual não se pode ignorar a "responsabilidade feminina pelos corpos gerados – seja na gravidez, no parto, na amamentação..." (p. 143). Nessa reflexão alguns questionamentos são bastantes pertinentes como, por exemplo, quando envolvem a recusa da maternidade. "Tal possibilidade de recusa não seria, também uma forma de as mulheres resistirem a um papel social que lhes foi atribuído como natural?" (p. 144), questiona a autora.

Na sua análise, recupera o fato de que as concepções sobre aspectos da maternidade foram mudando historicamente; a amamentação, por exemplo, já foi desprezada (as campanhas da Nestlé para vender leite Ninho reforçavam esse argumento), depois valorizada e mais recentemente recuperada. A maternidade é um fenômeno no qual perpassam interesses políticos, econômicos e sociais que interferem na vida das mulheres e se interpoem nas suas escolhas e decisões.

Ao discutir escolhas, dilemas, alegrias e tristezas de mulheres que vivenciaram a maternidade, Lucila rememora a relação de mulheres maranhenses com a gravidez, aborto, parto, a relação dessas mulheres com as parteiras tradicionais, o parto de cócoras e o uso dos chás tão comuns na época em que realizou a pesquisa e ainda hoje presente em muitas regiões do Norte e Nordeste do Brasil. Nesse estudo estão presentes as críticas feitas pelas mulheres à medicina tradicional e ao serviço público de saúde, que não as atende de forma humanizada, assim como as estratégias que encontram nos seus cotidianos

para resistir às dificuldades e carências. Muitas dessas resistências “são parte de uma história que ainda pode ser escrita: da obstinada e cotidiana luta das mulheres pela continuidade da vida” (p. 169).

Nessa luta incansável pela vida na qual as mulheres foram durante séculos a parte invisível de uma ciência que não lhes reconheceu seu protagonismo, Lucila chama a atenção para o fato de que a “relação das mulheres com a saúde remonta de tempos longínquos e está ancorada no próprio corpo feminino” (p. 127). Essa relação é mencionada em muitos estudos, a exemplo de *O martelo das feiticeiras*,¹ que retrata a crueldade da Inquisição e a lógica absurda da Igreja Católica para reprimir sujeitos que não se enquadravam nos modelos sociais impostos por um poder que até hoje não reconhece o saber nem a importância das mulheres na vida social. Ou ainda, em “Medicina e bruxaria”,² que recupera a importância das mulheres sábias, das bruxas, das curandeiras e das parteiras que deram sustentação para os passos iniciais da medicina obstétrica e ginecológica. Discorrendo sobre esse passado histórico no qual as mulheres foram alijadas do poder da cura e seus saberes, neste campo, considerados maléficis pela Igreja Católica, a autora dá argumentos para um debate muito atual: como aceitar a intervenção religiosa em assuntos que concernem à política social? Como o Estado e a sociedade civil podem, nos dias que correm, estabelecer os limites dessa intervenção?

As últimas reflexões da autora são para questionar a mudança nos modelos de maternidade e de família cada vez mais influenciados pela globalização econômica, pela política, pela mudança nos padrões de consumo – bebês de proveta, barriga de aluguel. Se, por um lado, isso reflete um avanço tecnológico, por outro, não trouxe necessariamente o avanço na concepção do ser mãe, o que responsabiliza o corpo das mulheres pelos procedimentos, reforçando a ideologia de *tota mulier in utero*. Com relação à família, esta continua sofrendo influências permanentes do Estado. No passado, eram estimuladas grandes proles: “a indústria e a lavoura precisam de braços fortes!!!”, afirmavam os documentos oficiais. As mulheres,

então, eram reconhecidas e enaltecidas pelo número de filhos que geravam; seu reconhecimento era condicionado a sua capacidade de procriar. Posteriormente, o modelo de família foi reduzido: menores proles, mais desenvolvimento econômico. Assim foram construídas as políticas natalistas, submetidas principalmente aos países do Terceiro Mundo, entre os quais o Brasil.

Essa interferência constante na vida e os desejos das mulheres foram motivos para que os vários feminismos se rebelassem. As correntes radicais recusavam a maternidade como forma de alcançar a liberdade e romper com o determinismo biológico, e outras correntes reforçaram seu lado político e importância social. Houve, entretanto, um consenso entre as várias correntes: “Filho não é só da mãe”; maternidade está além do útero, sendo preciso, pois, vivenciá-la de forma compartilhada com a divisão de responsabilidades entre mães e pais. Essa divisão de responsabilidades está presente hoje em todas as discussões, em diferentes campos, seja no político, quando se impede e dificulta a participação das mulheres na vida pública, seja no campo educacional, quando as mulheres continuam assumindo quase solitariamente as responsabilidades pela educação dos filhos, tornando essa relação, muitas vezes, opressiva.

Mesmo assim, a “maternidade continua sendo afirmada como um elemento muito forte da cultura e identidade femininas pela sua ligação com o corpo e com a natureza”, finaliza Scavone (p. 184).

Notas

¹ Heirich KRAMER e James SPRENDER, 1992.

² Jaqueline PITANGUY, 1989.

Referências bibliográficas

- KRAMER, Heirich; SPRENDER, James. *O martelo das feiticeiras: malleus maleficarum*. 3. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.
- PITANGUY, Jaqueline. “Medicina e bruxaria”. In: LABRA, MariaEliane (Org.). *Mulher, saúde e sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1989.

Mary Ferreira ■
Universidade Federal do Maranhão